

Desigualdade, Democracia e Desenvolvimento

Marcelo Neri¹

1. Introdução

Este texto começa descrevendo a evolução social brasileira no período 1988 a 2018, tomando como pano de fundo indicadores em escala global. Evidenciamos avanços relativos na distribuição de renda, na pobreza, na expectativa de vida e na educação brasileiras. Simultaneamente, observamos limitadores de performance econômica captados na estagnação da produtividade do trabalho e na expansão insustentável dos gastos fiscais. Estes elementos seriam indicativos da necessidade de reformas estruturais no país. A performance social acima da econômica contrasta com o ocorrido no meio século anterior da promulgação da nossa Carta Magna. Diferenças que sugerem, lado a lado, maior necessidade de coesão dos debates para o aprimoramento do nosso contrato social. Posteriormente, detalhamos a cronologia dos principais marcos de mudanças da sociedade brasileira nos períodos imediatamente antes e depois da Constituição. Sobressaem diversos avanços, posteriormente colocados em xeque pelas manifestações de 2013, cujas motivações são aqui detalhadas a partir de pesquisa de campo. Discutimos ao fim, à luz destas evidências, os principais atributos de uma nova agenda de políticas sociais brasileiras, dedicando especial atenção às relações entre os diversos entes federativos nas áreas de saúde, educação e no combate à pobreza.

O texto se divide em introdução, conclusão e quatro seções intermediárias. A segunda seção traça uma reflexão a posteriori sobre a evolução social brasileira vis-à-vis os principais desafios econômicos que se colocam no país hoje. A terceira seção descreve a cronologia dos grandes marcos da sociedade brasileira nas décadas antes e depois da promulgação da Constituição Brasileira, definindo a redemocratização do país como sua principal causa, e a estabilização da inflação e a redução da desigualdade de renda como seus principais desafios. A quarta seção se debruça sobre as evidências empíricas de um final de ciclo inaugurado pela Constituição a partir das manifestações de 2013. As conclusões são deixadas para a última seção.

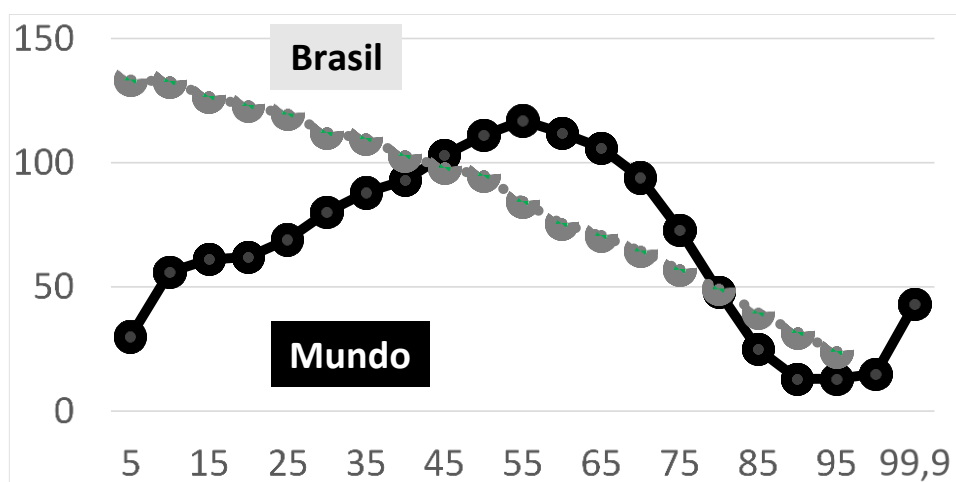
¹ Diretor do FGV Social/CPS. Professor da EPGE da Fundação Getúlio Vargas. marcelo.neri@fgv.br

2. Evolução nos últimos 30 Anos

Esta seção traça um paralelo entre o desenvolvimento socioeconômico brasileiro e o mundial no período após a promulgação da Constituição de 1988. Lançamos mão de indicadores internacionais como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a meta de pobreza dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs), além de mudanças da distribuição de renda, da produtividade e dos gastos fiscais. Identificamos as principais mudanças sociais e econômicas do período e alguns desafios atuais.

Distribuição de Renda - A Figura 1 plota o crescimento acumulado real da renda per capita mundial e a brasileira. No caso global, usamos o famoso gráfico de formato de elefante de Milanovic (2016) que caracteriza a mudança de distribuição de renda no período após a queda do muro de Berlim. Há três pontos focais na linha global. O topo se refere a mediana que capta a ascensão da nova classe média chinesa. No percentil 90 a 99%, observamos a menor prosperidade acumulada referente à estagnação da chamada classe média tradicional de países desenvolvidos como EUA e Europa. Nos permite inferir possíveis causas de movimentos como Brexit e a eleição de Donald Trump em 2016. Finalmente, o topo da distribuição capta o aumento das rendas mais altas destes mesmos países tal como captado na obra de Piketty (2014). Este período corresponde, no caso brasileiro, aos 23 anos seguintes à promulgação da Constituição de 1988. A linha brasileira neste período apresenta uma taxa de crescimento acumulada que cai monotonicamente à medida que caminhamos da base para o topo da distribuição. Nos 5% mais pobres, o crescimento foi 5 vezes mais rápido que nos 5% mais ricos (133% X 24%).

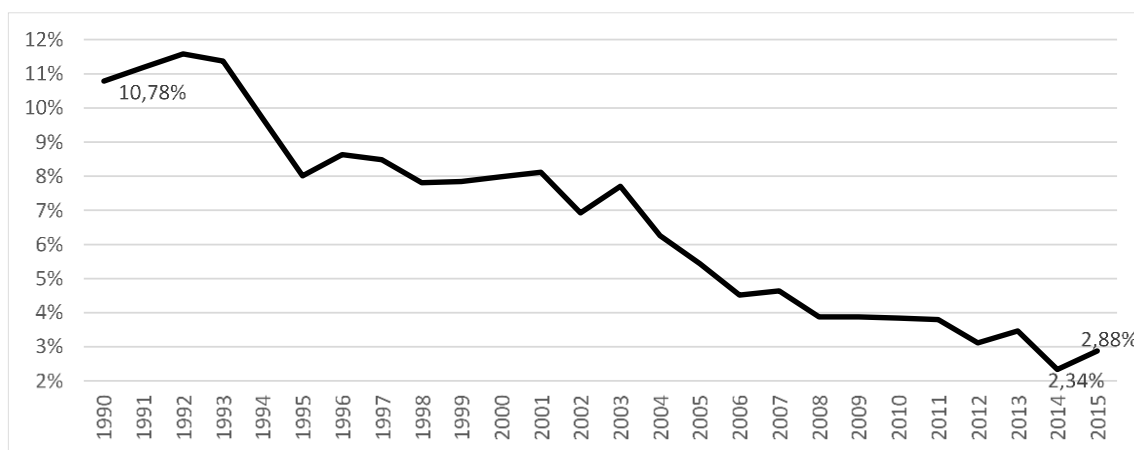
Figura 1 - Crescimento Real da Renda 1988–2011 % ao longo da distribuição por vintis de renda domiciliar per capita



Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD/IBGE e Milanovic (2016)

Pobreza – Em função desta mudança na distribuição de renda, houve forte redução da pobreza neste período. Olhamos, em particular, o período que transcorre durante a vigência dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODMs) da ONU. A primeira e principal meta dos ODMs é a redução em 50% da pobreza entre 1990 a 2015. A pobreza caiu no Brasil de 36,6% para 10% da população, uma queda de 72,7%, superando com folga a meta pré-fixada². O percentual de extremamente pobres no Brasil caiu de 11% para pouco mais de 2% em um período de 25 anos [gráfico 2]. Chamo a atenção em especial para esse período, de 2001 para frente, em que há um padrão latino-americano de forte redução da desigualdade e da pobreza.

Gráfico 2: Extrema Pobreza - Proporção Abaixo de 1,25 US\$ por Dia PPP – ODM1



Nota: Séries harmonizadas de antes de 2004 não inclui o Norte Rural; 1994, 2000 e 2010 interpolações.

Fonte: FGV Social a partir dos microdados da PNAD/IBGE

O desempenho global foi de queda de extrema pobreza de 70,2% neste mesmo interim. Vale notar que esta redução de pobreza global não encontra paralelo na História estatisticamente documentada da humanidade. Ela é fruto da combinação dos milagres chinês com o indiano, nações que abrigavam antes metade da população pobre do mundo (Deaton 2013).

No Brasil no período de 1990 a 2015, tivemos sempre eleições diretas para presidente no Brasil e a partir de 1994 atingimos a estabilidade dos preços, o que não é

² A extrema pobreza das metas da ONU cai no Brasil 73,29% entre 1990 e 2015. No período imediatamente anterior - entre 1977 e 1990 - a extrema pobreza e a pobreza brasileira aumentaram 17,4% e 3,37%, respectivamente. A linha de extrema pobreza internacional é R\$ 90,7 e a de pobreza é de R\$ 223 por pessoa a preços de março de 2017, sendo a última uma média ponderada nacional ajustada por diferenças regionais de custo de vida.

pouco para o até então nação recordista mundial de inflação no período de 1970 a 1995. A abertura da redução da pobreza entre 1990 e 2015 revela uma distribuição quase meio a meio entre componentes de crescimento e de redução da desigualdade. Ou seja, é um período excepcional em termos históricos, resultante da harmoniosa combinação dos vetores prosperidade e igualdade, com estabilidade e sensibilidade.

Desenvolvimento - Atualmente, há uma percepção aparentemente generalizada de que o Brasil não avançou muito nos últimos anos. A recessão e o desemprego seriam sinais de que os ganhos sociais ocorreram de modo insustentável, com avanços só na parte da renda. Porém, os dados mostram que o Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro subiu 0,85% ao ano, resultado acima da média global de 0,74% ao ano. Se pegarmos o mapa de desenvolvimento humano, no mundo, observamos que o Brasil tinha níveis médios africanos 25 anos atrás. Houve, portanto, transformação social profunda. Em 1991, cerca de 85% dos municípios brasileiros possuía IDH muito baixo. Em 2010, esta estatística passa a 0,6%.

O problema é que tivemos a agenda social desconectada da agenda econômica. O social foi bem, mas não tivemos a responsabilidade econômica de fazer a reforma da previdência e de atuar sobre a produtividade. Os gastos públicos como proporção do PIB no Brasil subiram de 10,8% em 1991 para 19,7% em 2016.

Previdência - Em 1980 a expectativa de vida era 62,5 anos e em 2016 passa a 75,8 anos. Ou seja, a cada três anos do calendário a expectativa de vida avançou pouco mais de um ano. A fertilidade também caiu de forma contundente. A expectativa de vida aumentou, mas não fizemos a reforma da previdência. Gastamos 13% do PIB com previdência e o Japão, a nação mais longeva do mundo, gasta 10%, embora tenha uma população com mais de 65 anos 350% maior que a nossa. O agravante é que vamos multiplicar por cinco nossa população de idosos nos próximos 50 anos. O mesmo problema ocorre em escala estadual. É sintomático que as duas unidades da federação com maior proporção de idosos são aquelas com maiores problemas fiscais como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro.

Educação - A educação avançou com baixa qualidade, apesar das conquistas quantitativas. Aumentamos o acesso à escola de forma positiva. Em 1990, tínhamos 16% das crianças de sete a 14 anos fora da escola. Hoje, temos menos de 2%. Aumentou a escolaridade, mas a produtividade não. Em 1980, a produtividade do Brasil era igual à da

Coreia. Hoje temos um terço da produtividade coreana por vários fatores: escolaridade, falta de conexão da educação com a economia, ambiente de negócios, carência de engenheiros, entre outros. O Brasil seguiu uma agenda de educação pela cidadania que tem seus méritos, mas pouco enfoca a produtividade.

Complementando, houve não só um crescimento da remuneração do trabalho acima da produtividade do trabalho na média em pelo menos parte do período (Neri 2014), como em termos microeconômicos desagregados o maior ganho de salários ocorrido na base da distribuição do setor formal não foi acompanhado de melhora dos fundamentos da produtividade (Alvarez et al 2017). Em suma, a agenda social manifestada na transformação da trilogia dos componentes do IDH está em larga medida desconectada da econômica.

Política Produtiva? - Quando falamos de economia, falamos de vários setores. A indústria tem problemas de produtividade. Na agricultura, somos a fazenda do mundo mesmo. Conseguimos ter vários avanços importantes, na agricultura e na atividade extrativa mineral, com Petrobras, pré-sal e outras empresas, como a Embrapa. O Brasil tem essa vocação e a produtividade cresce. O maior empregador no Brasil é o setor de serviços, que responde por cerca de 70% do PIB e a maior parte dos empregos. Porém, costumamos falar de necessidade de política industrial e de política agrícola, mas não se fala de política de serviços. No fundo, estamos mexendo o rabo do cachorro e não o cachorro.

O Brasil tinha até pouco tempo um gasto em Pesquisa e Desenvolvimento invejável, quase igual ao da Espanha. Só que não é efetivo. Não temos o dinheiro que têm os países ricos, mesmo como proporção do PIB, mas para países do nosso nível econômico a gente gasta relativamente bastante. Só que falta conexão com a prática econômica. Aumentamos a produção acadêmica, mas não o número de patentes.

O maior desafio do Brasil hoje é reconectar a agenda social à econômica, e dar continuidade às reformas. As duas grandes questões econômicas do país são produtividade e ajuste fiscal, que precisam ser encaminhadas. Está faltando uma responsabilidade econômica básica para transformar os avanços sociais em uma tendência duradoura.

3. A Cronologia das Transformações Brasileiras

Nas três décadas após a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil deu saltos enquanto sociedade. Embora sejam em boa parte denominada por muitos economistas de décadas perdidas. Senão vejamos: As décadas de 60 e 70 foram do crescimento, apelidado de milagre econômico brasileiro, durante a ditadura militar iniciada em 1964. A repressão militar foi intensificada no final de 1968, quando os países mais desenvolvidos viviam efervescência de novas liberdades de costumes. Não por coincidência, quando o crescimento começou a escassear em função do primeiro choque do petróleo, observamos o começo da distensão política no país, sacramentada com a vitória eleitoral da oposição em 1974. O biênio 1978-79 foi marcado por greves internas e pelos efeitos do segundo choque do Petróleo, intensificando os efeitos do primeiro choque ocorrido alguns anos antes. O processo culmina nos anos 80, a década da redemocratização, cujo ápice foi o movimento “Diretas Já” de 1984. Terminamos os anos 1980 com a nova Constituição Federal e eleição direta para presidente, a primeira em 25 anos. O ano de 1989 estabeleceu os nossos recordes históricos de desigualdade e inflação que marcariam a agenda das décadas seguintes. Os anos 90 podem ser chamados de década da estabilização, após o advento do Plano Real em 1994. Já os anos 2000 podem ser chamados de década da queda da desigualdade de renda, já a partir de 2001. Em 2004, a redução de desigualdade vem acompanhada da volta do crescimento da economia e da aceleração de novos empregos com carteira assinada. Ou seja, obtivemos conquistas em dois de nossos históricos problemas coletivos crônicos: desigualdade e informalidade. Ao mesmo tempo consolidamos as frentes da redemocratização e da estabilidade econômica. Depois das turbulências financeiras associadas ao pleito de 2002, a estabilização das expectativas funcionou como uma espécie de segundo Plano Real. A criança que passou a ir a escola nos anos 90 consegue um emprego com carteira nos anos 2000 e passa a ter acesso a transferências oficiais de renda de uma moeda estável com a manutenção da estabilidade inflacionária.

Há uma mudança estrutural na relação da democracia e a distribuição de renda ocorrida em 2002 proporcionada pela universalização da urna eletrônica. Fujiwara (2014) mostra com implicações causais que a proporção de votos válidos em relação aos votos registrados sobe mais de 10 pontos de porcentagem. O ganho é maior entre aqueles com menor nível de escolaridade. O argumento é que o voto em papel entre os analfabetos eram mais facilmente anulados por conta de erros e/ou rasuras, enquanto pelas

devolutivas oferecidas o voto eletrônico seria mais amigável aos menos escolarizados. Pelas estimativas do autor esta maior representatividade dos mais pobres gerou um ganho de saúde pública de 34% nos oito anos seguintes³.

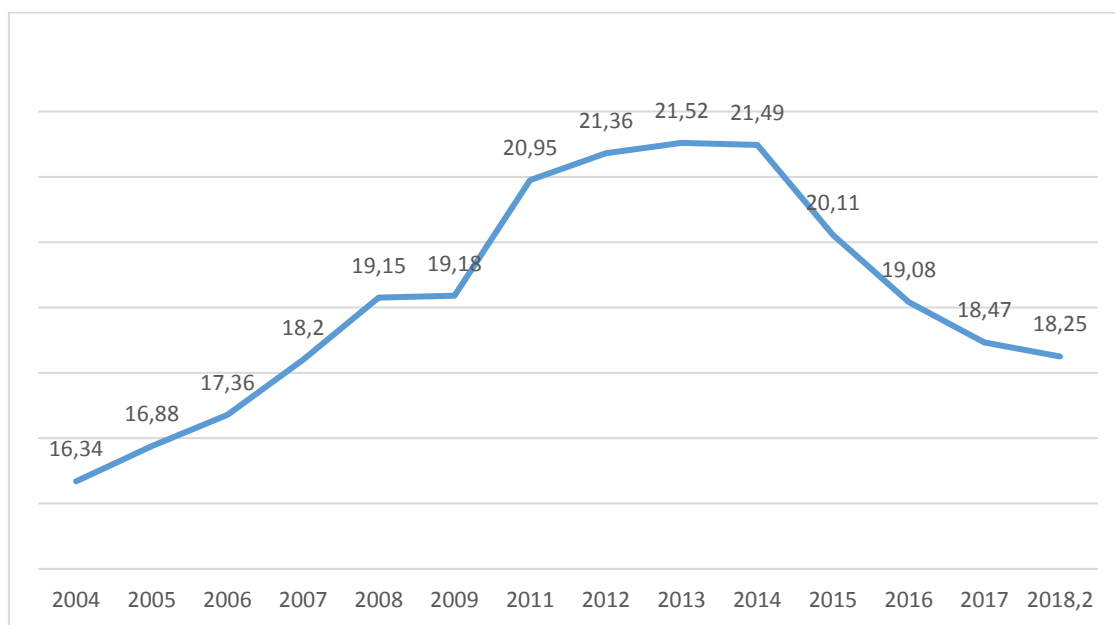
Coincidentemente, os pontos de transição de cada década estavam em anos terminados em “4”: o Golpe de 1964, a distensão política a partir de 1974, o Diretas Já de 1984, o Plano Real de 1994 e a queda da desigualdade com formalização desde 2004, mesmo com a crise internacional de 2008, prosseguindo a expansão social até o 2014. Por exemplo, em outubro de 2014 encontramos os menores indicadores de desemprego e os maiores salários reais da série histórica. A volta do crescimento desde de 2004 torna o processo redistributivo um jogo de somas positivas, no qual o ganho de maiores fatias do bolo dos mais pobres não implica em perdas absolutas dos mais ricos. Fica mais fácil pensar em prol da coletividade quando perdas não estão sendo repartidas. Todas estas conquistas coletivas pareciam consolidadas até as manifestações de 2013.

De lá para cá todas estas principais conquistas foram, uma a uma, colocadas em xeque: 1) O aumento da inflação que atingiu dois dígitos em 2015, posteriormente controlada por uma política monetária contracionista nos anos seguintes. 2) O forte aumento de desigualdade em 2015, que não foi documentado por força da mudança das principais pesquisas domiciliares brasileiras entre 2015 e 2016. Segundo nossos cálculos sobre a PNADC trimestral houve um aumento do índice de Gini neste ano de cerca de 2 pontos o que não acontecia desde o recorde de desigualdade de 1989. Esta reversão e os debates recentes sugerem que a sociedade, ou pelo menos quem está no comando, está menos avesso à desigualdade. 3) Houve marcada perda no percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada (Gráfico 3), esta talvez o principal símbolo da nova classe média até então emergente (Neri 2011). O gráfico mostra que este processo de perda continua a partir do ápice de 2014⁴.

³ A generalização do cadastramento da biometria introduzido nas eleições de 2018 pode gerar no perfil dos votos registrados não por força dos votos nulos mas por uma seletividade dos votos registrados a priori. Isto numa época em que a abstinência eleitoral tem aumentado.

⁴ Da Constituição até 2003 observamos aumento da informalização trabalhista (Neri 2003).

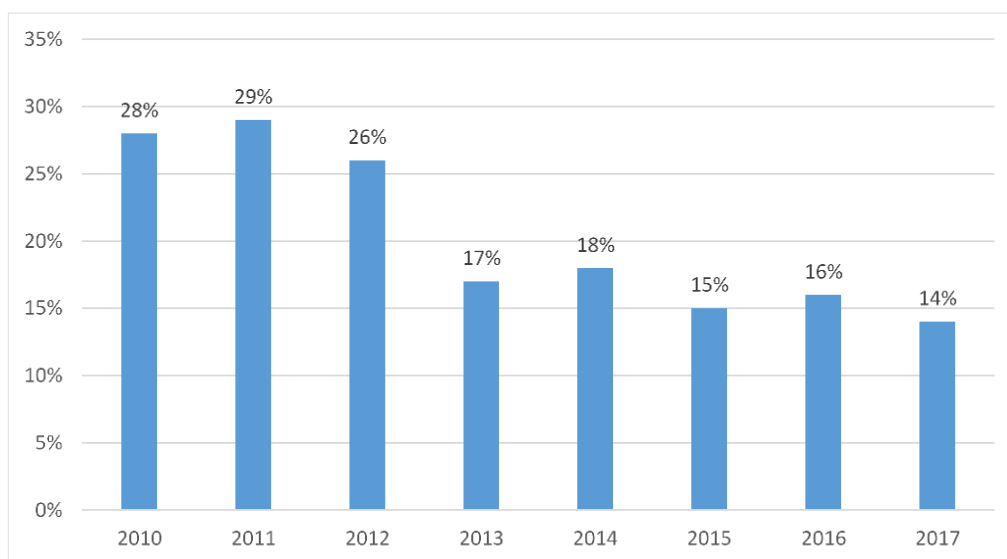
Gráfico 3 - Ascensão e Queda da Carteira de Trabalho



Fonte: FGV Social/CPS a partir dos microdados da PNAD e PNADC/IBGE

4) Finalmente, depois de 2013 há uma perda percebida pela população a respeito da qualidade de nossa democracia. Nossos levantamentos sobre os dados do Gallup World Poll mostram que a crença na honestidade das eleições em 2017 chegou ao menor ponto da série, atingindo 14%, a segunda menor do mundo, perdendo apenas para o Afeganistão. O grosso da deterioração ocorreu entre 2012 e 2013, caindo de 26% para 17%. Os dados de aprovação da liderança política do país são ainda mais contundentes. Atualmente se encontram na pior situação planetária em 2017, com 86% de desaprovação. Esta é a terceira pior média de desaprovação entre os 160 países da amostra durante os 12 anos da pesquisa. Apenas a Bósnia Herzegovina em 2014 e Zimbabwe em 2008 apresentam índices piores, com 87% de desaprovação em ambos os casos. O Brasil em 2015 e 2016 se encontra em níveis comparáveis de desaprovação, com 81% e 80% respectivamente. Ambas situadas entre as 12 piores desta extensa série combinada de anos e países.

Gráfico 4 - Honestidade das Eleições - Brasil



Fonte: FGV Social a partir dos microdados do Gallup World Poll

4. As Manifestações de 2013

Como vimos, as manifestações de junho de 2013 antecederam um período de forte mudança na crença do brasileiro sobre o sistema político e as eleições. Vale a pena detalhar o perfil do brasileiro em relação ao evento a partir de pesquisa de campo⁵. Em agosto de 2013, 3,5% da população tinha participado diretamente das manifestações, 24,4% não tinha participado mas gostaria de ter participado das manifestações e outros 45,8% aprovavam as manifestações. Somando os três grupos chegamos a $\frac{3}{4}$ da população apoiando os protestos em diferentes graus. Nove meses depois, isto é, em maio de 2014, esta proporção de apoiadores havia caído para 54%, ainda assim a maioria da população. As três principais razões alegadas para o engajamento nas manifestações foram: nenhuma razão específica 29,23%, melhoria na saúde 29,19% e o combate a corrupção 24%.

Dados de renda familiar mostram que a renda dos 3,5% que foram as ruas era 64,7% maior do que o outro extremo que desaprova as manifestações. Já esta razão para a

⁵ A pesquisa contempla inicialmente 3880 entrevistas realizadas na população com 15 anos ou mais em 215 cidades brasileiras em abril de 2013. Posteriormente as mesmas pessoas foram pesquisadas em Agosto de 2013 já com informações sobre as manifestações e posteriormente em maio de 2014 de forma a captar as mudanças de prazo mais longo. A inclusão de perguntas subjetivas e o aspecto longitudinal são os principais diferenciais do levantamento. Neri e Schiavinatto (2014) oferecem alguns exemplos desta linha subjetiva pouco desenvolvida entre os economistas brasileiros.

proporção de indivíduos com nível superior completo ou incompleto era 420% maior em favor dos manifestantes.

A fim de delinear melhor o perfil dos manifestantes, estimamos um modelo logístico multinomial com as quatro categorias de postura em relação as manifestações. O aspecto que nos interessa mais aqui é a ordem de seleção de variáveis para mapear a sequência dos principais determinantes do grau de adesão às manifestações. A primeira variável selecionada sobre a probabilidade do indivíduo se aderir as manifestações foi o uso da internet como principal fonte de informação (1ª variável) - apontamos a ordem das diferentes variáveis do modelo entre parênteses. Há uma aparente difusão de novas tecnologias que favorecem a mobilização da população tal como observado em outros episódios como a Primavera Árabe, o Ocupem Wall Street e, mais recentemente, o movimento dos caminhoneiros no Brasil. O diferencial destes movimentos não está no grau de efervescência do mundo virtual, mas na interconexão deste com as ruas.

Tabela 1 - Logit Multinomial Stepwise - Ordem de Importância das Variáveis Explicativas:

Ordem Variáveis		Coeficiente	p-valor	Razão de Chances
1	<i>Internet principal fonte de informação</i>	<i>0,9893</i>	<i><,0001</i>	<i>2,69</i>
2	<i>Nordeste</i>	<i>-0,736</i>	<i><,0001</i>	<i>0,48</i>
3	<i>Chefe ou Cônjuge</i>	<i>-0,4172</i>	<i>0,0015</i>	<i>0,66</i>
4	<i>Trabalha</i>	<i>0,2441</i>	<i>0,009</i>	<i>1,28</i>
5	<i>Renda dos mais pobres melhorou mais</i>	<i>0,3431</i>	<i>0,0001</i>	<i>1,41</i>
6	<i>Atrasou Pagamento de Contas Públicas</i>	<i>0,2371</i>	<i>0,009</i>	<i>1,27</i>
7	<i>15-29 anos de idade</i>	<i>0,7224</i>	<i><,0001</i>	<i>2,06</i>
8	<i>30-59 anos de idade</i>	<i>0,3755</i>	<i>0,0019</i>	<i>1,46</i>
9	<i>É Contra o Bolsa Família</i>	<i>0,2638</i>	<i>0,0124</i>	<i>1,30</i>
10	<i>Tem Plano de Saúde Privado</i>	<i>0,192</i>	<i>0,0404</i>	<i>1,21</i>
11	<i>Cidade Sede da Copa das Confederações</i>	<i>0,443</i>	<i>0,0027</i>	<i>1,56</i>
12	<i>Centro-Oeste</i>	<i>-0,4422</i>	<i>0,0555</i>	<i>0,64</i>
13	<i>Usa ônibus + de 3 vezes por semana</i>	<i>0,2249</i>	<i>0,0464</i>	<i>1,25</i>

Fonte: microdados SIPS/IPEA

População 15 anos ou +. 3880 Observações em 215 cidades representativas do Brasil

As variáveis Nordeste (2ª variável) e se é pessoa de referência ou cônjuge (3ª variável) aparecem em seguida, mas com sinal negativo indicando menor adesão aos protestos por esses segmentos, uma vez controlada pelos demais termos da regressão. A variável indicativa de que a pessoa trabalha (4ª variável) sugere que, ao contrário do Ocupem Wall

Street, as manifestações de Junho não seriam um movimento de desempregados, até porque a taxa de desemprego se encontrava num ponto baixo da série histórica brasileira na época das manifestações.

Uma variável indicativa de que as pessoas achavam que a renda dos mais pobres cresceu mais que a sua (5ª variável) aponta para maior adesão as manifestações. Assim como a variável número nove, que indicava que a pessoa era contra o programa Bolsa Família. Estas duas variáveis sugerem a percepção de elementos associados à redistribuição ocorrida e ao seu principal instrumento como estimulantes da probabilidade de um indivíduo ir para a rua. Variáveis indicativas de posse de plano de saúde privado (10ª variável) e de dificuldade de pagar contas de serviço público (6ª variável) consolidam a impressão de que a predisposição a manifestações atingiu mais segmentos de renda mais alta que perderam em termos relativos no período anterior aos protestos.

Conforme esperado, os mais jovens (15 a 29 anos (7ª variável) e 30 a 59 (8ª variável)) participaram mais dos protestos. Assim como as cidades sede da Copa das Confederações, (11ª variável) que receberam recursos federais para a construção de estádios e projetos de infraestrutura, em particular de mobilidade. Finalmente, a variável indicativa de se a pessoa usava ônibus mais de três vezes por semana aparece como a 13ª variável a entrar no modelo. O reajuste das tarifas de transporte público foi o gatilho inicial das jornadas de junho de 2013.

Fato é que desde a promulgação da Constituição de 1988, a carga tributária bruta como proporção do PIB passou de 22,4% para 34% em 2013 (Afonso, 2016), enquanto segundo o Ministério da Fazenda a proporção de gastos primários do governo central sobe de 10,8% em 1991 para 19,7% em 2016. Porém, a qualidade dos serviços públicos não acompanhou o crescimento da arrecadação ou dos gastos, gerando insatisfação com os resultados obtidos e nutrindo um sentimento de descrença junto ao sistema político nacional. Pode-se argumentar que as Jornadas de Junho eram de difícil previsão - quem, de fato, poderia afirmar que elas iriam acontecer em Junho de 2013? Mas pelo menos, a posteriori, não se pode dizer que seriam inesperadas, visto o grau de insatisfação que os dados subjetivos já mostravam no período anterior às manifestações. A participação de pessoas satisfeitas com o sistema educacional cai de 57% em 2010 para 50% em 2013. Já no sistema de saúde a queda é de 41% em 2010 para 28% em 2013. Esta insatisfação sugere a necessidade de melhoramentos da política social brasileira.

5. Conclusão

O Brasil apresenta um desempenho social com uma tendência social ascendente depois da Constituição de 1988, comparado tanto com a sua História pretérita como com as mudanças observadas em termos globais. Por exemplo, com redução de pobreza acumulada de 73%, acima da formidável queda média global do período de 70%. Ao contrário da maior parte dos países do mundo, há redução na desigualdade de renda aqui. Além de mudanças distributivas de uma marcada evolução de todos os componentes do desenvolvimento humano brasileiro, leia-se expectativa de vida, educação e na renda. No caso do primeiro indicador houve um ganho de um ano de esperança de vida ao nascer a cada três anos. Este avanço social ocorreu sem que produzisse mudanças nas regras da previdência implicando em deterioração fiscal crescente. Similarmente, a recuperação de parte do atraso secular dos anos de estudo da população brasileiros ocorreu sem que houvesse avanços da produtividade do trabalho. Similarmente, o maior ganho das remunerações individuais do trabalho na base da distribuição não foi fundamentado em ganhos de produtividade. Tudo se passa como se a melhoria social observada não fosse acompanhada de mudanças econômicas à altura que oferecessem sustentação a longo prazo.

Nossa cronologia das principais transformações brasileiras nos 25 anos antes da Constituição de 1988 foi a volta lenta e gradual ao regime democrático representado pelas eleições diretas para presidente e pela própria promulgação das eleições em 1989. Nos 25 anos depois da Constituição houve a estabilização da inflação acompanhada de progressos na educação e na saúde, seguidas de uma redução da desigualdade de renda. Todas estas conquistas foram colocadas em xeque nos últimos anos, a começar pelo funcionamento da democracia. A descrença na honestidade das eleições e a falta de confiança no governo federal se encontram hoje em seus recordes históricos, refletindo uma reação da população aos escândalos de corrupção. A deterioração destes indicadores de percepção da qualidade da democracia e da governança pública ocorreu a partir de 2013, embora a rigor a queda na qualidade percebida dos serviços de educação e de saúde viesse desde 2010. Fatos que sugerem uma necessidade de mudanças de gestão.

Neste ponto ressaltamos resultados de pesquisa de campo sobre as razões das manifestações de 2013 que marcariam o principal ponto de transição depois da Constituição de 1988. Dois pontos chamam a atenção. Em primeiro lugar, na adesão às

manifestações aparece um certo cansaço em relação as mudanças distributivas prévias, captadas pela maior adesão às manifestações por grupos que acham que os mais pobres tiveram avanços maiores que os seus e por aqueles que se declararam contra o programa Bolsa Família, o programa de social com maior proximidade aos mais pobres. Em segundo lugar, a importância do uso da internet como veículo difusor de insatisfação, tal como observado em outros episódios como a Primavera Árabe e o movimento Ocupem Wall Street. Isto sugere que a difusão de novas tecnologias mudou a forma e o grau de mobilização, não apenas no mundo virtual como também na interface com as ruas. De maneira geral, a grande marca do período de manifestações de 2013 e do período posterior foi a descrença quanto ao processo político, este que talvez tenha sido a grande marca da Constituição de 1988.

Referencias:

Afonso, J.R. et. al. *Desempenho Recente da Arrecadação Tributária*; FGV IBRE, 2017

Alvarez, J.; Benguria, F.; Engbom, N.; and Moser, C. *Firms and the Decline of earnings Inequality in Brazil*, Working Paper, 2017.

Campello, T; Neri. M (Org.). *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. 1ed.Brasília: IPEA, 2013, v. 01, 494p.

Deaton, A. *The great escape: health, wealth and the origins of inequality*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2013.

Fujiwara, T. *Voting Technology, Political Responsiveness, and Infant Health: Evidence From Brazil*. *Econometrica*, vol. 83, p. 423-464, March 2015

Giannetti, E.; “*Ou nós brasileiros nos unimos ou naufragamos*”; Revista IstoÉ; Junho de 2018

Kakwani, N.; Neri, M.C.; Son, H. *Linkages between pro-poor growth, social programs and the labor market: The recent Brazilian experience*. World Development, 2010.

Milanovic, B. *Global Inequality: A New Approach for the Age of Globalization*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2016.

Neri, M. *Cobertura Previdenciária: Diagnóstico e Propostas*. Brasília: Ministério da Previdência e Assistência Social, 2003 (304 p.).

_____. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011. 312 p.

_____. *As Novas Transformações Brasileiras*. In: João Paulo dos Reis Velloso. (Org.). *Desacorrentando Prometeu - Um Novo Brasil: Brasil das Reformas e das Oportunidades*. 1ed.Rio de Janeiro: INAE, 2014, v. 1, p. 49-92.

_____ *A Next Generation of Conditional Cash Transfer programs* in Brazilian Journal of Public Administration (RAP) - Special Issue on Public Policies on Fighting Poverty. Peci, A.; Neri, M. C.. 168-191, ed. Rio de Janeiro/RJ: , 2017. v. 01. 329p .

Neri, M.. Schiavinatto. F. (Org.). SIPS 2014: *percepções da população sobre políticas públicas*. 1ed.Brasília: IPEA, 2014, v. 1, (488 p.).

Piketty, T. *Capital in the Twenty-First Century*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2014